

# **INDICADORES REFERENCIAIS DA QUALIDADE DE VIDA EM UMA ABORDAGEM CULTURAL**

Este trabalho objetivou estudar a relação entre as ações culturais implementadas pela Fundação Cultural de Curitiba na melhoria da qualidade de vida do curitibano, por meio da elaboração de indicadores formulados especificamente para uma avaliação qualitativa da função da cultura na promoção da qualidade de vida dos cidadãos. Para criação deste instrumento, discorreu-se sobre os conceitos de cultura, política de ação cultural e qualidade de vida. Na sequência, os conceitos de cultura e qualidade de vida foram inter-relacionados, analisando-se a política de ação cultural da FCC.

MBA Master Public Administration

ESTELAMARIS RAMOS DE LARA

Curitiba

2009

## INDICADORES REFERENCIAIS DA QUALIDADE DE VIDA EM UMA ABORDAGEM CULTURAL

Estelamaris Ramos de Lara  
Orientador: Prof. M. Paulo Roberto Socher

## RESUMO

Este trabalho objetivou estudar a relação entre as ações culturais implementadas pela Fundação Cultural de Curitiba na melhoria da qualidade de vida do curitibano, por meio da elaboração de indicadores formulados especificamente para uma avaliação qualitativa da função da cultura na promoção da qualidade de vida dos cidadãos. Para criação deste instrumento, discorreu-se sobre os conceitos de cultura, política de ação cultural e qualidade de vida. Na sequência, os conceitos de cultura e qualidade de vida foram inter-relacionados, analisando-se a política de ação cultural da FCC.

Palavras-chave: qualidade de vida; indicadores qualitativos; política pública de ação cultural.

## ABSTRACT

This study investigated the relationship between cultural activities implemented by the Cultural Foundation of Curitiba in improving the quality of life of Curitiba, through the development of indicators designed specifically for a qualitative assessment of the role of culture in promoting quality of life. To create this instrument, talked about the concepts of culture, political action and cultural quality of life. Following the concepts of culture and quality of life were interrelated, analyzing the politics of cultural action of the FCC.

Keywords: quality of life, qualitative indicators, public politic of cultural action.

## 1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Social tem como premissa básica a soma das ações que compreendem o crescimento econômico com redução de níveis de pobreza e a satisfação das diversas necessidades do ser humano, como saúde, educação, transporte, alimentação, cultura, entre outros e a política voltada a esse segmento tem como eixo norteador a compatibilização das políticas econômicas e sociais, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população. O Estatuto das Cidades (2001) prevê as garantias a esses direitos e como dado significativo, o monitoramento da qualidade de vida leva a entender o espaço urbano onde as desigualdades se manifestam para a intervenção do poder público, cumprindo-se, desta forma, a função social da cidade.

Para mensurar a qualidade de vida, é necessária a aplicação de variáveis na avaliação dos resultados dos benefícios sociais alcançados, por meio das políticas de atendimento às necessidades da população, sendo fundamentais às competências nas propostas de soluções, que venham a auxiliar nos avanços da política social. Assim, consideram-se os indicadores sociais, que visam evidenciar os objetivos alcançados e seus efeitos.

Este trabalho se propõe a estudar a relação entre as ações culturais implementadas pela Fundação Cultural de Curitiba na melhoria da qualidade de vida do curitibano, por meio da elaboração de indicadores específicos fundamentados por um conhecimento da realidade local, do perfil do público a ser atendido e atividades desenvolvidas.

Para uma melhor avaliação desse desempenho junto à comunidade, faz-se necessário o estudo e o desenvolvimento de ferramentas capazes de mensurar as mais variadas influências que as atividades culturais exercem na população participante, suas faixas etárias e classes sociais.

Neste processo, é fundamental desenvolver uma metodologia capaz de criar indicadores que levem à visibilidade dos resultados e impactos, dos acertos e erros, dos avanços e dificuldades, questionando os objetivos e a efetividade das ações culturais no município de Curitiba.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 CULTURA E SEUS ASPECTOS

A cultura está intrinsecamente ligada aos aspectos psicológicos e cognitivos do homem, à vida humana em sociedade, às características que o identificam e o orientam num

cenário histórico-ambiental específico e diferenciado dos demais, gerando no homem a sensação de pertencimento ao seu grupo social, promovendo no ser humano o fenômeno de identidade, “como o conjunto dos repertórios e ação, de língua e de cultura que permitem a uma pessoa reconhecer a sua vinculação a certo grupo social e identificar-se com ele.” (WARNIER, 2000, p.16-17).

O primeiro conceito de cultura foi formulado sob a perspectiva antropológica, sendo considerada como a “totalidade complexa que compreende os conhecimentos, as crenças, as artes, as leis, a moral, os costumes, e qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem enquanto membro da sociedade.” (TYLOR apud LARAIA, 2000, p. 25). É considerada como um processo de aprendizagem contínua, em oposição à idéia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos, que pode ser objeto de estudo sistemático, permitindo uma análise capaz de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução.

O conceito sociológico da cultura a define em termos de normas e valores compartilhados pelos membros de uma sociedade, incluindo-se neste contexto, as tradições, crenças e instituições. Países diferentes têm diferentes políticas culturais, estilos intelectuais, esperanças e orgulhos. (SEIDL apud BERWIG, 2004, p.11).

Santos (2003) defende que a cultura tende a se transformar em uma área de reflexão sobre a realidade, onde as concepções básicas se mesclam, representando a totalidade de uma dimensão da realidade, que é a do conhecimento num sentido ampliado de próprio conhecimento que uma sociedade tem sobre si mesma, sobre outras sociedades, os meios materiais e a própria existência. O autor afirma ainda que cultura inclui as formas como esse conhecimento é expresso por uma sociedade, seja a sua arte, religião, esportes e jogos, tecnologia, ciência e política.

Quanto ao fato da cultura ser aprendida, esse é o legado recebido de gerações anteriores como ponto central do conceito de cultura. Sem o conhecimento transmitido oralmente, pelos livros, pelas artes e outros meios, não haveria cultura. Essa se caracteriza pelo seu modo de transmissão, designado como tradição, e definida como “o que persiste de um passado no presente em que ela é transmitida. Presente em que ela continua agindo e sendo aceita pelos que a recebem e que, por sua vez, continuarão a transmiti-la ao longo das gerações.” (POUILLON apud WARNIER, 2000, p. 12).

A cultura está presente nos símbolos, com a substituição de uma coisa por aquilo que a significa, permitindo que o conhecimento seja condensado, as informações sejam processadas e que, a experiência acumulada seja transmitida e transformada. A

linguagem oral, escrita e ações não verbais são usadas como símbolos. A arte, por ser uma maneira simbólica de se comunicar, mostra e sensibiliza para a realidade apresentada, reforçando temas culturais e valores importantes de uma determinada cultura, sendo, portanto, cumulativa, histórica e preservável.

Conforme Laraia, “existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural; e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com o outro.” (LARAIA apud BERWIG, 2004. p.16).

Agindo como fator de identificação entre os indivíduos de um mesmo grupo e de diferenciação diante de outros, a cultura mantém relações complicadas com a sociedade de que faz parte. Assim como está ligada à manutenção de concepções e formas de organização e de vida de uma sociedade, também está vinculada à transformação desta. Suas funções se compõem como um todo integrado e, se ela é tocada em alguma parte, todo o resto deste complexo é afetado.

Através dos tempos, a história tem fornecido exemplos de mudanças causadas por criação ou alteração de leis, estruturas político-governamentais, desastres naturais ou outras calamidades. A mudança dos papéis dos sexos no Brasil, assim como em outros lugares do mundo é um exemplo pontual desta adaptação. Fatores de ordem principalmente econômica e social levaram a mulher a ocupar cargos nas mais diversas carreiras profissionais, até então, muitas vezes exclusivos a homens, tornando-as, em grande parte, as responsáveis pelo sustento da família. Tal evidência transformou o papel cultural da mulher no cenário mundial, o que denota que a cultura é uma dimensão dinâmica, criadora, em processo contínuo, e fundamental nas sociedades contemporâneas.

## 2.2. POLÍTICA CULTURAL

A Política cultural é definida por Teixeira Coelho, (1997, p. 293) como sendo “programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”.

A relação entre Política e Cultura no Brasil nunca foi amigável. Como bem aponta Feijó (1983, p.16) “a política sempre se ocupou da cultura e na maioria das vezes esta tem sido incentivada de acordo com interesses políticos e econômicos dominantes; quando a cultura ultrapassou os limites permitidos, foi reprimida”. O autor, porém, coloca que a

produção cultural quando organizada e consciente contribuiu de maneira decisiva para as transformações históricas. Ressaltam-se as obras e artistas que contribuíram para o fim da Ditadura Militar, como a canção O Bêbado e a Equilibrista, composta por Aldir Blanc e João Bosco e interpretada por Elis Regina, a qual se transformou no Hino da Anistia e desencadeou uma série de manifestações a favor do Movimento pelas Diretas Já 1. Política e a Cultura podem e devem estar em sintonia uma com a outra.

A existência de uma Política Cultural, segundo Ana Carla Fonseca Reis, em seu livro *Marketing Cultural e Financiamento da Cultura* é necessária ao se considerar a cultura como um dos pilares de desenvolvimento da sociedade, que promove a identidade de um povo, incentivando sua criação e participação, oferecendo um cimento único e multifacetado, onde o respeito à diversidade é pressuposto básico da existência.

A autora reitera que produção cultural não será garantida se deixada à mercê de forças do mercado de trabalho cujo principal fim é o lucro. Também sustenta que a política cultural deveria vir alinhada a outras políticas de governo, tais como a econômica - a cultura contribuindo para o desenvolvimento de uma região; a social / educacional - reforçando a identidade das pessoas e a turística - promovendo o desenvolvimento de uma região por meio de uma prática turística responsável que fomente a cultura local. E conclui que os objetivos da política cultural devem ser a defesa e preservação da identidade de um povo, a democratização da cultura e a promoção da diversidade cultural.

No entanto, ao trabalhar com Política Cultural, o gestor precisa ter cuidado com certos temas, tais como a democratização dos bens culturais, expresso pelo senso comum “levar cultura ao povo”. Como esclarece Canclini (1996, p.114), “as Políticas Culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que cheguem à maioria, mas as que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população”.

A Política Cultural, definida como o conjunto de conhecimentos e técnicas com o objetivo de administrar o processo cultural, deve ter como premissa inicial a distribuição mais equitativa dos bens culturais, respeitando as características do local em que ela é propagada. Além da produção, é preciso que os gestores atentem para as outras fases do produto cultural: a distribuição e a difusão/exibição.

### 2.2.1. Ação Cultural

Conforme Teixeira Coelho (1989, p. 14), “A ação cultural resume-se na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e

se tornem assim sujeitos – sujeitos de cultura, não seus objetos”. Ou seja, os gestores de cultura devem se preocupar em fomentar a diversidade de manifestações oriundas da população, respeitando suas especificidades e não impingindo formas culturais importadas de outros universos. É preciso propiciar condições para que a população crie suas próprias expressões culturais, deixando de ser apenas receptora da cultura alheia.

Como bem sustenta Teixeira Coelho, o agente cultural deve ser um facilitador, uma espécie de mediador entre a comunidade e os produtos culturais ofertados. Este facilitador deve entender que as ações em cultura têm início programado, desencadeando um processo, mas seu fim não pode ser determinado, já que o objeto de trabalho (a cultura) depende de algumas variantes, como a heterogeneidade do grupo.

Os gestores devem investir em formas de ação cultural para engendrar mudanças significativas na sociedade. Para isso, faz-se necessário alertar contra o perigo de deturpar o escopo da ação cultural e limitar seu campo de atuação. Uma das degenerações mais recorrentes, segundo Teixeira Coelho, é transformá-la apenas em objeto de lazer e entretenimento, cuja preocupação se reveste em fazer com que as pessoas preencham seu tempo livre através de “teatrinhos”, visitas às exposições de artes visuais, aulas de música, etc., sem que isso o enleve, transformando o seu ser ou seu pensar, tornando-se apenas mais uma atividade mecânica. “A cultura, em suas manifestações radicais (como a arte), procura e viabiliza o êxtase, o sair para fora de si (sic), sair do contexto em que se está para ver outra coisa, para ver melhor, para ver além, para enxergar sobre, acima, por cima, ver por dentro.”(COELHO, 1989,p. 28)

### 2.3 QUALIDADE DE VIDA

Em um contexto amplo, pode-se afirmar que qualidade é o que distingue as coisas e os seres e determinam a sua natureza. Porém, como definir o que ela representa, qual o foco e a mensagem implícita nesta expressão, e o que se busca quando se fala em qualidade de vida. Tal como a variedade de sua aplicação, também são diversas as aspirações e interpretações para o tema.

Cronologicamente sabe-se que com o advento da modernidade e as leis de mercado próprias do capitalismo, a história das grandes civilizações, mais do que nunca, pauta-se pelo fator econômico. A conclusão de que o país com maior PIB (produto interno bruto), ou maior renda per capita é o país onde as pessoas vivem melhor é corrente nos dias atuais.

Contudo, os medidores de crescimento econômico não são capazes de explicar as mudanças dos níveis de vida, analisar as estruturas que se formam em torno deste crescimento e de suas oscilações como desemprego, destruição ambiental, distorções urbanas, massificação e consequente alienação da população; nem quais são as direções do desenvolvimento social.

Como alertou o pensador francês René Guénon, ao longo da modernidade, acostumou-se à racionalidade e à quantidade próprias de um tempo, em que as máquinas produzem desenfreadamente, a cultura se globaliza, se massifica e se “pasteuriza” e a própria condição humana se reduz à mecanicidade. “(...) A indústria moderna representa, sob todos os aspectos, o triunfo da quantidade, não só porque os processos fazem apelo a conhecimentos de ordem exclusivamente quantitativa, mas também, porque os instrumentos que ela utiliza, isto é, as máquinas, são feitos de tal modo que as considerações qualitativas intervêm muito pouco, e porque os homens que as põem em marcha estão também reduzidos a uma atividade exclusivamente mecânica, além de que, nas próprias produções desta indústria, a qualidade é inteiramente sacrificada à quantidade. (GUÉNON, 1989, p. 54).

Sobre as implicações deste processo na determinação da qualidade de vida dos ocidentais, habituou-se, como descreve o sociólogo, Pedro Demo, mesmo dentro das ciências sociais, a definir ou reduzir qualidade de vida a elementos quantitativos, ou seja, a limitação do homem às suas necessidades materiais (DEMO, 1985, p.4). Em suas palavras, “qualidade de vida medida sempre quantitativamente, sobretudo através do salário e do consumo (...) uma coisa é a extensão da qualidade de vida outra é a intensidade da vida; ora, quando se fala sobre qualidade de vida, pensamos no segundo caso, não no primeiro, que não passa de quantidade de vida...” (DEMO, 1985, p.13).

Na tentativa de aprimorar as análises de qualidade de vida, em 1990, a Organização das Nações Unidas - ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, apresenta o Conceito de Desenvolvimento Humano e seu indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, baseado em três elementos: longevidade, conhecimento e nível decente de vida. O primeiro elemento avalia a expectativa de vida ao nascer, o segundo elemento é estimado a partir dos índices de analfabetismo, e o terceiro elemento é medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita.



Segundo o PNUD, a escolha de tais elementos se deu em virtude da possibilidade de se comparar, em um só índice, o progresso econômico e social, nos diversos países analisados.

O primeiro relatório feito pelo PNUD em 1990 apontou que a consideração técnica acerca dos meios para se alcançar o desenvolvimento, bem como a utilização de estatísticas para medir a renda nacional e seu crescimento, com o passar do tempo, acabou por encobrir a finalidade primordial do desenvolvimento, qual seja, a criação de um ambiente favorável para que as pessoas possam desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa. (PUGLISI, 2006, p.5)

Em decorrência, a ONU lançou o conceito de desenvolvimento humano, que vai além do desenvolvimento econômico – sua condição necessária – abrangendo também o desenvolvimento social, cultural e político, colocando o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, admitindo-se, portanto, que o crescimento econômico interfere, mas não basta para assegurar a melhoria na qualidade de vida das pessoas. (Ibid, 2006, p.6)

Alguns autores têm considerado que existe um conceito universal de qualidade de vida. O de que, independente da nação, cultura ou época, é importante que as pessoas se sintam bem psicologicamente, possuam boas condições físicas e sintam-se socialmente integradas e funcionalmente competentes (BULLINGER, apud WHOQOL GROUP, 1998).

Contudo, é fundamental que, na gestão de pessoas, existam políticas capazes de propiciar aos cidadãos das mais diversas classes e idades, a possibilidade de compreender que a felicidade não se faz sem o material. Todavia, vai, além disto, na medida em que se tenha a oportunidade de sentir-se atuante, realizado, aceito e integrado ao seu meio.

Este novo pensamento deve estar no núcleo familiar, estender-se à escola, universidade, ambiente de trabalho e comunidade, na qual se está inserido, propiciando que, ao longo de sua jornada diária, os munícipes, desde a tenra idade, tenham contato com os elementos capazes de dar “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”, conforme a definição de qualidade de vida pela Organização Mundial de Saúde – OMS. (WHOQOL GROUP, 1994).

Aqui se apresenta o grande desafio: fazer com que cada indivíduo se sinta único e possuidor de características e habilidades próprias e necessárias ao desempenho de certas funções em seu meio.

## 2.4 CULTURA E QUALIDADE DE VIDA

O Centro de Promoção de Saúde de Toronto (Canadá) propôs três dimensões para a qualidade de vida: SER (físico, psicológico, espiritual), PERTENCER (conexões com outros ambientes) e TRANSFORMAR (atingir objetivos pessoais, crenças e aspirações). (WHOQOL GROUP, 1994).

Nesse contexto, a cultura tem papel primordial na promoção de uma vida plena, seja no domínio físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio-ambiente e espiritualidade (religião e crenças pessoais).

Sendo assim, a cultura é fundamental para qualidade de vida, não somente porque significa o acesso da população às áreas da cultura erudita e popular como a música, o teatro, a dança, o cinema e a literatura, mas porque este acesso representa a possibilidade de incrementar a qualidade do dia a dia do cidadão, desde que este possa compreender e participar na atividade cultural proposta. A cultura permite ao indivíduo se encontrar com questões próprias e traduzi-las para o seu viver.

Demo (1985) afirma que a arte é a criatividade humana histórica, sendo que parte da realidade é feita de condicionamentos externos, sendo construída pelo homem e na qual germina a criatividade artística. É um envolvimento total, com mais invenção do que a própria transmissão. Deste modo, cultura é tão importante quantitativamente - à medida que oferece mais atividades, abre mais possibilidades - quanto qualitativamente - já que os eventos devem provocar no receptor os questionamentos e as respostas para a compreensão das questões intrínsecas da humanidade, situando e clareando mais sua posição na existência humana.

Ao se intensificar as atividades culturais na comunidade, possibilita-se uma formação motivada pela convivência, pela prática, identificação cultural e, sobretudo, pela participação, já que mesmo na postura externa de expectador, internamente o indivíduo segue, acompanha e vivencia o que está se apresentando, estando inteiramente focado e tocado pelo evento apresentado. Entende-se assim a importância da cultura como promotora de dois aspectos essenciais na qualidade de vida: a participatividade e

igualdade de oportunidades, vez que, diante de um espetáculo não existem diferenças sociais entre os espectadores.

Tendo, como um de seus princípios de ação política, o fomento e a difusão cultural, a Fundação Cultural de Curitiba pode, à medida que aplica esta meta com seriedade, fornecer às pessoas o máximo de meios para a invenção conjunta de seus próprios fins.

Neste ponto, a excelência em termos de profundidade, de sensibilidade e de informação do evento proposto é condição *si ne qua non* para que a cultura não seja apenas mais um instrumento de banalização e massificação. Advém disto, a ressalva para a necessidade de formação de bons gestores públicos, capazes de gerenciar eventos de qualidade reconhecida por críticos e especialistas na área e, ao mesmo tempo, promover a possibilidade de expressão do cidadão.

Com efeito, os gestores precisam ter apurado senso de percepção das demandas da população de todas as regiões da cidade, capacidade de interpretação das pesquisas de opinião e se apoiarem em indicadores apropriados, capazes de informar como os serviços estão sendo distribuídos e avaliados pela comunidade.

Na medida em que se apresenta como a possibilidade de contemplação, de enlevação, de comunhão e de criação de dimensões alternativas para a mecânica aridez cotidiana, na qual está sujeito o homem em seu ciclo de vida, a cultura se reveste de esperança de transformação. E assim, ela pode ser compreendida como elemento promotor de qualidade de vida.

## 2.5. INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

Desde o ano de 1970, a UNESCO se preocupa com a equação cultura e qualidade de vida, solicitando que seus países membros elaborassem dados estatísticos que aferissem o impacto das atividades culturais em seus cidadãos, sendo a França um dos primeiros países a investir na produção de estatísticas culturais e a incluir a cultura no plano de metas nacional.

A produção de dados estatísticos pressupõe criação de indicadores. O termo indicador origina-se do latim *indicare*, sinônimo para o verbo apontar. Em português, utiliza-se a palavra indicador quando se deseja tornar patente, revelar, propor, sugerir, expor, mencionar, aconselhar e lembrar. Melhor expondo, os indicadores podem ser instrumentos de avaliação, como sinalizadores do processo de ação cultural, permitindo a obtenção dos resultados da ação planejada e definidos com base nos objetivos e

estratégias de condução do projeto. Os indicadores de resultado servem de medidas que representam qualitativamente – embora para tanto, indicadores quantitativos são utilizados - os benefícios alcançados com as práticas culturais.

A Fundação Cultural de Curitiba, amparada por estes indicadores, poderá saber se suas ações estão surtindo o efeito planejado (formação, fomento e difusão cultural), e, se houver necessidade, reorientar seus processos e ampliar a gestão democrática da cultura, balizando a direção a ser tomada pelos gestores e promotores culturais.

Importante salientar que no estudo dos processos sociais, a interpretação dos indicadores quantitativos e qualitativos pode fundir-se aparentemente num mesmo resultado, em razão da ação objetivada pela Instituição, propiciar benefícios sociais imediatos à comunidade. Conforme explicita Sliwiany, (1998, p. 72): “nem sempre, dependendo do projeto social, resultados e impactos podem ser distinguidos, pois o benefício social atingido pelo objetivo proposto no projeto torna-se um efeito social direto (impacto)”.

De forma mais elucidativa, Sliwiany (1998, p.71) afirma que os projetos sociais “representam esforços financeiros/humanos (input)”. Ao serem traduzidos em recursos otimizados, “terão resultados imediatos de benefícios sociais, e também, a curto, médio ou longo prazos, produzirão efeitos que impactam (output) para o incremento da qualidade de vida”.

Antes de definir o conjunto de indicadores, deve-se ressaltar que a sua escolha é uma tarefa difícil, pois esta depende principalmente da sua representatividade (por que foi escolhido e o que mede).

Conforme disposto no Caderno Conceito e Metodologia de Aplicação do Programa de Indicadores de Qualidade de Vida das Comunidades do Paraná, as conclusões obtidas da análise dos resultados dos índices servem como espelho, referência, estímulo e instrumento de aumento da interatividade:

Com efeito, na elaboração dos indicadores devem ser levados em consideração atributos significativos para a finalidade do projeto. Portanto, os indicadores devem ser: simples - permitem a coleta direta, sem exigir sofisticação estatística; essenciais - tratam fundamentalmente da qualidade de vida; representativos - espelham bem uma determinada realidade; passíveis de interferência - podem ser influenciados pela vontade dos cidadãos; didáticos - valem também pelo estímulo educativo que o esforço de melhorá-los enseja.

Os indicadores sociais refletem a qualidade de vida ou o estado de bem-estar da população. Indiretamente, e com alguma defasagem no tempo, espelham a qualidade das políticas e ações que tiveram objetivo de produzir melhorias em determinado espaço e para determinado público. São importantes no planejamento o acompanhamento e avaliação de políticas.

## 2.6 FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

A criação de uma pasta voltada para assuntos culturais fez-se necessária devido à expansão populacional ocorrida em Curitiba nos anos 1960. Nesse período, a cidade crescia em ritmo além do planejado 20 anos antes, na época do Plano Agache 2 (1941). No início da década de 1970, ações como a definição do setor histórico da cidade (1971), a transformação de um antigo paiol de pólvora em teatro (Teatro Paiol - 1971) e a criação de um centro cultural no lugar de uma antiga fábrica de cola e de um curtume (Centro de Criatividade de Curitiba – 1971), foram determinantes para marcar o início de uma política cultural para Curitiba, gerida pelo município. Dois anos mais tarde, surgiu a Fundação Cultural de Curitiba - FCC, órgão criado em 05 de janeiro de 1973, através da Lei Municipal nº 4545. (IMAP, 2006).

No texto da referida Lei, um dos objetivos do novo órgão é a promoção da defesa do patrimônio histórico e artístico de Curitiba, meta já atingida nos primeiros anos de existência da Fundação Cultural, com a restauração de imóveis de valor artístico-cultural e a reutilização desses imóveis para fins de atividades culturais. São eles: Casa Romário Martins (1973), o Museu Guido Viaro (1975), a Cinemateca de Curitiba (1975), o Teatro Universitário de Curitiba (1976), o Teatro do Piá (1978), o Solar do Barão (1980), a Casa da Memória (1981), a Livraria Dario Vellozo (1982) e a Gibiteca (1982).

Posteriormente, novos imóveis foram inseridos no acervo da Fundação Cultural de Curitiba, como é o caso do Cine Luz (1985), Museu Metropolitano de Arte de Curitiba (1988) – espaço destinado a princípio para abrigar um terminal de transporte urbano, o Teatro Novelas Curitibanas (1992) – edificação de 1902, o Conservatório de Música Popular Brasileira (1993), a Casa Hoffmann (2003), residência da Família Hoffmann, datada de 1879, situada no Largo da Ordem, e que hoje abriga o Centro de Estudos do Movimento, a Cinemateca (2007), a Capela Santa Maria (2008) e o Solar dos Guimarães (2009).

Além de readaptar antigos imóveis, redefinindo sua vocação cultural, a Fundação também gerencia espaços e imóveis construídos em locais com potencial artístico, cultural e turístico, como é o caso da Pedreira Paulo Leminski (1989), espaço destinado a grandes eventos e localizado em uma antiga pedreira desativada, do Teatro Ópera de Arame (1992), inaugurado especialmente para o estreante Festival de Teatro de Curitiba, Memorial da Cidade (1996), edificação com 3 salas de exposição para artes visuais, 1 auditório para teatro, música e palestras e um amplo pátio coberto para atividades múltiplas, contendo 1 palco arena e esculturas de artistas paranaenses e a Casa Erbo Stenzel (1998), casa do escultor paranaense, reconstruída no Parque São Lourenço. Há também o Espaço Franz Krajcberg (2003), no Jardim Botânico, destinado a abrigar as obras do artista polonês.

Ações culturais também foram promovidas pela Fundação desde sua criação. A Pintura no Calçadão da Rua XV, as ações educativas no Bondinho da Rua das Flores, o Espaço Cultural Circo da Cidade, incorporando o antigo Circo Chic-chic, a tradicional Oficina de Música de Curitiba, a Mostra da Gravura e o programa Linhas do Conhecimento são alguns exemplos. Este último, criado em 1993, possibilitou o acesso de crianças e adolescentes de bairros periféricos da cidade às atividades culturais, acompanhando a política de descentralização de serviços aplicada pela Prefeitura.

Mas a descentralização cultural continuou e, em 1999, foram criados os Núcleos Regionais da FCC, distribuídos pelas Ruas da Cidadania. Nestes núcleos é disponibilizado aos cidadãos, grande parte das atividades culturais encontradas no centro da cidade.

A criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura (1991) foi um marco para a produção cultural na cidade, sendo considerada uma das principais ferramentas para o fomento de atividades culturais, através da renúncia fiscal de até 2% da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Imposto sobre Serviços - ISS das empresas patrocinadoras dos projetos culturais.

A demanda por ações culturais na periferia cresce significativamente e dois anos mais tarde é implantado o Programa Mutirão Cultural, uma maratona de atividades culturais realizada em todos os bairros.

A FCC também apoia grandes eventos, como o Festival de Teatro de Curitiba e o Tim Festival, nacionalmente reconhecidos, atendendo às diretrizes do Plano Diretor (IPPUC, 2004), que tem como uma das metas consolidar a cidade como referência na promoção de eventos culturais.

## 2.7 POLÍTICA DE AÇÃO CULTURAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

A Fundação Cultural de Curitiba norteia a sua política de ação cultural em três eixos básicos:

a) Fomento e difusão das atividades artístico-culturais nas suas diferentes linguagens: literatura, música, dança, cinema e vídeo, teatro, circo e artes visuais.

Entende-se por fomento, o incentivo à realização de programas artísticos, eventos culturais e produtos culturais. Difusão são as ações de promoção à circulação de produtos culturais, descentralizando as atividades artísticas.

b) Preservação, valorização e difusão do patrimônio artístico e cultural.

Este item abrange a organização e disseminação de ações para a proteção, restauração, preservação, pesquisa, produção e difusão de conhecimentos sobre os bens culturais materiais (móveis e integrados) e imateriais, de acordo com as diretrizes da política municipal de cultura e com as condicionantes legais de proteção ao patrimônio cultural (legislação federal, estadual e municipal).

c) Valorização da cultura popular e formação continuada.

Refere-se ao registro e mapeamento das manifestações culturais em desenvolvimento na cidade, estabelecendo parâmetros que permitam ações voltadas para a diversidade e a multiplicidade de formas de expressão artísticas tradicionais ou emergentes; programas permanentes de incentivo à formação cultural continuada (cursos, encontros, seminários, etc).

Da mesma forma, outras diretrizes do último Plano Diretor da Cidade estão no ideário da Política Cultural da Fundação Cultural. São elas:

a) Ampliar e consolidar as possibilidades de convivência cotidiana do cidadão com atividades artísticas e culturais, considerando novas formas de expressão e a inserção da arte no âmbito comunitário;

b) Promover a utilização dos equipamentos municipais e espaços públicos como mecanismos de descentralização e universalização da atividade cultural;

c) Ampliar as possibilidades de produção, difusão e acesso aos bens e atividades culturais, incentivando as relações entre a arte e a tecnologia;

d) Promover a preservação e conservação do Patrimônio Cultural da Cidade;

e) Incentivar e fomentar a participação pública e privada no financiamento de projetos culturais.

## 2.8 PROGRAMA AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS é uma ação socioeducativa destinada a jovens entre 15 e 17 anos, que deverá promover atividades continuadas que proporcionem aos jovens participantes, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil (jovem como agente de transformação), fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho. Neste contexto, as atividades culturais promovidas pela Fundação Cultural de Curitiba revelam-se essenciais, vez que ilustram ou trazem à tona, através dos eventos promovidos, os aspectos inerentes às capacidades a serem desenvolvidas no Programa.

O Agente Jovem proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. O Ministério do Desenvolvimento Social concede diretamente ao jovem um benefício em forma de bolsa auxílio no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) mensais, durante os 12 meses em que o jovem estiver inserido no Programa e atuando em sua comunidade.

O Programa tem por objetivos desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, para quando estiver inserido no mercado de trabalho; garantir a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover a integração do jovem à família, à comunidade e à sociedade; desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; capacitar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência entre os jovens, do uso/abuso de drogas, das doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS), de gravidez não planejada; desenvolver ações que facilitem a integração e interação dos jovens, quando da sua inserção no mundo do trabalho.

## 2.9 DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS

Baseada na definição de qualidade de vida fundamentada neste trabalho e levando-se à análise a política de ação cultural da Fundação Cultural de Curitiba foram elencados três critérios que abrangem a questão do ser, em três dos seus seis domínios de existência:



intelectual, emocional e social, ou ainda, nas dimensões para qualidade de vida: ser, pertencer e transformar.

No critério Pessoas foram abordados os objetivos: autoconhecimento e valorização pessoal; autoestima e bem-estar; e estímulo à iniciativa e à criatividade. Estes dados referenciam o sistema de valores, as expectativas, padrões e preocupações do indivíduo, constituindo o seu arcabouço emocional.

O critério Cidadão e Sociedade dividiu-se nos seguintes objetivos: interação social; autossustentabilidade; identidade cultural. Elementos estes que abordam as conexões do ser com outros ambientes, a percepção do indivíduo de sua posição na sociedade, sua capacidade laborativa e de integração ao meio.

No critério Conhecimento e Informação foram estabelecidos como objetivos: educação; compartilhamento de informação; e uso de informação comparativa. Tais elementos instrumentalizam o indivíduo para a capacidade de transformar aspectos pessoais e de seu entorno.

O critério Política de Ação Cultural da Fundação Cultural de Curitiba tem como objetivos: fomento (incentivo à produção) e valorização da cultura; difusão cultural (realização de atividades culturais); e formação continuada. A escolha deste critério se justifica por ser a FCC a instituição responsável em gerir a cultura no âmbito do município de Curitiba. Estando a cultura presente na totalidade da vida social, faz-se necessário avaliar a eficiência na qualidade dos serviços prestados por essa Instituição.

A Tabela de Critérios e Indicadores Culturais que apresenta de forma sistematizada a seleção dos critérios, os grupos de objetivos, os indicadores de cultura, bem como a descrição de cada um destes indicadores, encontra-se apresentada a seguir:

#### Critérios e Indicadores Culturais

#### CRITÉRIOS GRUPOS DE OBJETIVOS INDICADORES DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

1) POLÍTICA DE AÇÃO CULTURAL (FCC) a) FOMENTO (INCENTIVO À PRODUÇÃO) E VALORIZAÇÃO DA CULTURA 1) Incentivo à produção de manifestações artístico-culturais Nº de eventos realizados em parceria com a FCC e os participantes do Agente Jovem no ano 2007.

- 2) Demanda cultural Nº de reivindicações de atividades culturais pelos participantes
- b) DIFUSÃO CULTURAL (REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS) 1) Realização de atividades artístico-culturais Nº de eventos promovidos pela FCC destinados aos participantes do Agente Jovem no ano 2007
- c) FORMAÇÃO CONTINUADA 1) Realização de oficinas artístico-culturais Nº de oficinas culturais realizadas pela FCC
- 2) Ações Culturais permanentes Nº de ações de formação continuada (cursos permanentes) realizadas pela FCC
- 2) PESSOAS a) AUTOCONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO PESSOAL 1) Cultura como elemento norteador de valores morais Cultura como meio de estímulo e formação do indivíduo nas 3 dimensões que traduzem o zelo moral: cuidado de si; cuidado dos outros; cuidado social
- 2) Reconhecimento e exteriorização de emoções pessoais e interpessoais Identificação e exteriorização das emoções negativas e positivas
- Identificação de preconceitos
- 3) Identificação da realidade em que vive Atividades ofertadas que aportam elementos do universo do participante
- 4) Descoberta da identidade pessoal /autoafirmação Aprendizagem oportunizada com as atividades culturais
- b) AUTOESTIMA E BEM-ESTAR
- 1) Cultura como fonte de satisfação pessoal Preferências culturais
- Tempo demandado para cultura nas horas livres
- 2) Cultura como elo de interação entre as pessoas Atividades culturais que propiciaram acolhimento e aceitação do participante pelo grupo
- 3) Capacidade terapêutica Atividades culturais como meio de redução de stress e administração de conflitos
- c) ESTÍMULO À INICIATIVA E À CRIATIVIDADE 1) Criatividade como instrumento de ação Ação cultural como estímulo e referência ao uso da criatividade
- 2) Consumo cultural Gasto mensal individual com cultura
- 3) CIDADÃO E SOCIEDADE a) INTERAÇÃO SOCIAL 1) Interferência do meio social na participação das atividades culturais Influência do meio na manifestação artística do participante
- 2) Cultura como agente estimulador à participação social (agente do seu tempo)
- Atividades culturais que provocaram no participante a vontade de agir

3) Cultura de massa Dimensão da cultura de massa (rádio, tv, internet, periódicos) na predileção cultural do participante

4) Humanização e sociabilidade através da cultura (atenuando o medo da convivência) Compartilhamento de impressões entre amigos, familiares e vizinhos sobre atividade cultural que participou

5) Cultura como fonte de criação de interesses comuns Sentido de comunidade desenvolvido pela cultura

b) AUTOSSUSTENTABILIDADE 1) Capacidade laborativa/geração de renda Obtenção de renda através das práticas culturais promovidas aos participantes

2) Autonomia (capacitação para fazer escolhas) Autonomia conquistada pela informação obtida nas atividades culturais

c) IDENTIDADE CULTURAL (PERTENCIMENTO) 1) Adequação dos espaços para as atividades ofertadas Oferta de espaços adequados

2) Cidadania participativa Participação efetiva nas reivindicações de ações de políticas culturais

3) Familiarização com a produção artística Grau de conforto e naturalidade perante às atividades culturais

4) Valorização pessoal através da apropriação do conhecimento cultural Grau de valorização pessoal em razão do conhecimento adquirido nas ações culturais

4) CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO a) EDUCAÇÃO 1) Capacidade vocacional Identificação vocacional a partir do contato com as atividades ofertadas

2) Cultura como instrumento de formação educacional Importância da cultura como instrumento de educação

b) COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO 1) Efeito multiplicador da cultura Compartilhamento do aprendizado obtido nas atividades culturais

c) USO DE INFORMAÇÃO COMPARATIVA 1) Senso crítico Atividade cultural como agente promotor de reflexão e/ou questionamento.

### 3 METODOLOGIA

Neste trabalho, o termo indicador foi utilizado como instrumento que possibilita nortear a pesquisa proposta, qual seja a de mensurar como as ações da política cultural da Fundação Cultural de Curitiba influenciam no fator qualidade de vida dos participantes do Programa Agente Jovem, Jardim Gabinete, da Regional de Santa Felicidade.

Primeiramente, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica descritiva, na qual se estudou os conceitos de cultura, política cultural, qualidade de vida e referências de indicadores quantitativos e qualitativos.

Num segundo momento, caracterizou-se a Fundação Cultural de Curitiba; o Programa Agente Jovem e o perfil de seus participantes; e a programação da Fundação Cultural de Curitiba destinada a esses adolescentes.

Em seguida, deu-se a formulação dos indicadores de qualidade de vida relacionados à cultura.

Importante ressaltar a dificuldade deparada na elaboração destes indicadores de qualidade para a cultura, vez que poucas foram as referências teóricas, documentais ou mesmo práticas encontradas. Entre elas, destacamos: o Atlas do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, elaborado pela Organização das Nações Unidas – ONU; Estudo da Organização Mundial de Saúde – OMS / Divisão de Saúde Mental/ Psiquiatria (Grupo WHOQOL); o Índice de Desenvolvimento da Gestão Pública – IDGP, desenvolvido pelo Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP da Prefeitura Municipal de Curitiba, o qual tem como embasamento teórico os sete critérios do Premio Nacional da Qualidade do Governo Federal (liderança, estratégia e planos, cidadão e sociedade, processos, pessoas, e resultados - definidos no Modelo de Excelência em Gestão Pública que é o sistema de gestão de referência para as organizações do setor público brasileiro), servindo de base para a análise na elaboração dos critérios dos indicadores deste estudo; o Estudo sobre os Barracões Culturais da Cidadania do Município de Itapeverica da Serra- SP, desenvolvido pelo Instituto Pólis e o Sistema de Informações e Indicadores Culturais formulados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Destaca-se que em nenhum dos documentos citados, foi encontrada referência de pesquisa voltada para a análise subjetiva do resultado das atividades culturais na qualidade de vida do ser humano.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o compromisso inicial de contribuir para um assunto público, buscou-se neste trabalho elucidar os conceitos de cultura, qualidade de vida, políticas de ação cultural da FCC e inter-relacioná-los, de forma a estabelecer uma análise comparativa entre cultura

e qualidade de vida, que resultou num estudo de criação de ferramenta original de avaliação dos resultados das atividades culturais na vida das pessoas.

Depreende-se do conteúdo teórico exposto, que a qualidade de vida está intrinsecamente ligada à identificação e expressão dos anseios pessoais e do *modus vivendis*, e, quando isto é levado a efeito, resulta num sentimento de pertencimento do indivíduo ao seu contexto, na participatividade e na consequente organização e manutenção do seu ambiente.

No que diz respeito à Política de Ação Cultural da FCC, o levantamento deste estudo revela que no aspecto de difusão cultural, mais de 50% dos jovens estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o número de atividades promovidas em 2007.

Entretanto, ficou evidenciada a lacuna presente no aspecto de formação permanente dos jovens, ocasionada pela falta de espaços apropriados para a realização e manutenção de cursos periódicos e de longa duração, de caráter gratuito. Neste sentido, observa-se uma fenda entre o proposto no Plano de Política de Ação Cultural da FCC, qual seja, o fomento e a formação cultural continuada, e a realidade diagnosticada. Observou-se que a FCC poderá ser mais atuante na promoção de qualidade de vida do curitibano se desenvolver estrutura capaz de realizar atividades de formação de caráter permanente, sendo expressivo o percentual de jovens interessados em se aprofundar nos conteúdos apresentados nas atividades oferecidas.

Neste ponto, apresenta-se uma questão primordial no planejamento estratégico público, que é cultura sendo revista e reposicionada como um dos elementos de maior importância na formulação de um Plano de Governo. Este posicionamento requer um estudo mais aprofundado, de forma a legitimar a cultura como componente primaz na política de administração pública, visto que, atualmente, é relegada ao menor orçamento público. Este processo é apenas uma iniciativa a um raciocínio extremamente importante na análise da gestão dos assuntos públicos, para o qual deve ser dado prosseguimento de forma mais aprofundada.

A importância da cultura validada neste trabalho deve ser objeto norteador de estudos que a relacionem diretamente às políticas públicas de governo, constituindo matéria essencial na elaboração do planejamento urbanístico da cidade. Considera-se esta análise uma abordagem pioneira na questão da cultura como promotora da qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: [http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/idh/atlas\\_idh.php](http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/idh/atlas_idh.php). Acesso em 24 out. 2007.
- BARACCHINI, Sabrina; SILVA, G. H. de Paula e. Projeto Barracões Culturais da Cidadania – Itapecerica da Serra (SP). 2001. 12p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes>. Acesso em 7 out. 2007.
- BERWIG, Carla Anéte. Estereótipos culturais no ensino/aprendizagem de português para estrangeiros. 2004. 159 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1995. 266p.
- COELHO, Teixeira. Da opinião ao dado. Revista Observatório Itaú Cultural. Disponível em: [http://www.itaucultural.org.br/observatorio/docs/revista\\_observatorio\\_n1.pdf](http://www.itaucultural.org.br/observatorio/docs/revista_observatorio_n1.pdf). Acesso em: 18.10.2007.
- \_\_\_\_\_. Dicionário crítico de política cultural. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- \_\_\_\_\_. O que é ação cultural. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. São Paulo: Cortez, 1991. 103 p.
- \_\_\_\_\_. Ciências sociais e qualidade. São Paulo: Almed, 1985.
- FEIJÓ, Martin Cezar. O que é política cultural. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. A Transformação pela arte: relatório de atividades 2001-2004. Curitiba, 2004.
- \_\_\_\_\_. Boletim informativo da Casa Romário Martins. Curitiba, 1996.
- \_\_\_\_\_. Relatório de atividades 2005. Curitiba, 2006.
- \_\_\_\_\_. Relatório de atividades 2006. Curitiba, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003. Série Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. nº 18. Rio de Janeiro, 2006. 126 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 24 out. 2007.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Índice de Desenvolvimento da Gestão Pública – manual de utilização. Série Inovação na Gestão Pública. Curitiba, IMAP, 2007.
- INSTITUTO PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO. Conceitos e metodologia de aplicação – Programa de indicadores de qualidade de vida das comunidades do Paraná. Curitiba, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Plano Diretor 2004: o planejamento urbano de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Projeto Agente Jovem de desenvolvimento social e humano. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/programas07.sap>. Acesso em 06 nov. 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Divisão de Saúde Mental. Grupo WHOQOL. Versão em português dos instrumentos de qualidade de vida. 1998. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol14.html>. Acesso em: 24 out. 2007.

PUGLISI, Valeria Peccinini. Meio ambiente urbano: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. 2006. Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing cultural e financiamento da cultura. São Paulo, Pioneira Thompson Learning, 2003.

SANTOS, José Luiz dos Santos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SLIWIANY, Regina Maria. Construindo cidadania em comunidades de baixa renda: da idéia a ação. Cadernos da Oficina Social - COEP. Curitiba, nº 6, 2001.

\_\_\_\_\_. Estatística social: como medir a qualidade de vida. Curitiba: Araucária Cultural, 1987. 104 p.

\_\_\_\_\_. Sociometria: como avaliar a qualidade de vida e projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.

WARNIER, Jean-Pierre. Trad. Viviane Ribeiro. A mundialização da cultura. Bauru: EDUSC, 2000.